

Ata da 5ª Reunião Ordinária do CONSEC realizada em 01 de novembro de 2024.

Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Cultura – CONSEC. Às nove horas do dia primeiro de novembro de dois mil e vinte quatro, deu-se início à Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura, na modalidade híbrida, tendo acontecido presencialmente na Secretaria de Estado da Cultura, em Curitiba, e virtualmente pelo link: <https://meet.jit.si/11014aexconsec>. Participaram desta reunião os Conselheiros: André Avelino da Silva, Cassimara Rita Longhi, Claudia Chipon Staude, Eder Fernando Nascimento, Edimar Matias da Silva, Ester Marçal Fér, Gednilson de Freitas Lima, Inês Kiyomi Koguissi, James Rios Oliveira Santos, Junior Paulinho Niszcza, Lidiane Cristine Galvan, Leonardo Schenato Barroso, Luiza Przwitowski Nogueira dos Santos, Maria Agar Vieira Borba Ferreira, Mariah Fank, Maria Léa Fragate, Raquel Pracz Bariquello, Solange Cristina Batigliana, Solange Straube Stecz, Susylene Batista de Oliveira, Thiago Afonso de Souza, Wanessa Cardoso Wiacek Hoinacki, bem como a Presidente da reunião, a Diretora-geral da Secretaria de Cultura do Paraná, Elietti de Souza Vilela. A Presidente da reunião abriu os trabalhos, cumprimentando a todos os presentes, em formato virtual e presencial, e em seguida, explicou que ela, Elietti, estava como Presidente da reunião do CONSEC e Secretária em exercício devido à Secretária da Cultura, Luciana Casagrande, estar em viagem internacional. Ela também agradeceu a presença de Daniel Barbosa Balabram, conhecido como Daniel Samam, do Ministério da Cultura, Coordenador do Conselho Nacional de Cultura, apresentando-o aos membros do conselho, e explicando que ele faria uma fala durante a reunião. Esta reunião aconteceu um dia após a Oficina Territorial do Plano Nacional de Cultura no Paraná, do Ministério da Cultura, que também contou com a participação de Daniel Samam, assim como de alguns Conselheiros do CONSEC, em uma articulação do MinC com a SEEC. A Presidente do CONSEC também discorreu sobre a pauta da reunião, referente aos Planos Setoriais, e adiantou que, durante os informes gerais, seriam discutidas questões quanto à recepção dos recursos devolvidos dos municípios para o Fundo Estadual de Cultura (FEC), para a deliberação da aplicação destes. Passando a palavra para Daniel, o coordenador agradeceu a oportunidade de estar presente na oficina do MinC e também na reunião do CONSEC, agradecendo também àqueles que estiveram presentes nestes eventos. Em seguida, ele fez uma fala sobre o alinhamento pós a 4ª Conferência Nacional de Cultura e a construção do novo Plano Nacional de Cultura, a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura e o Marco Regulatório do SNC aprovado no Senado e sancionado pelo Presidente Lula, assim como a aprovação, também no Senado, do Marco Regulatório do Fomento, e o processo de reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural, a construção de uma série de escutas aos entes federados, como uma governança federativa, entre outras ações. Ele também discorreu sobre o processo histórico dos conselhos e do Ministério da Cultura no Brasil, assim como da participação social na cultura, pensando em relação ao atual processo de reconstrução do MinC. Além disso, Daniel destacou o exercício que vem sendo feito pela reestruturação do Conselho

Nacional de Cultura, e a importância de pensar o fomento e o financiamento da cultura, em consonância com as reflexões trazidas pela Presidente do CONSEC e alguns conselheiros, que trouxeram discussões sobre a realidade da cultura no Paraná em relação a esses pontos. A Conselheira Solange Batigliana pediu a palavra e, cumprimentando Daniel, agradeceu a fala, que foi de devida importância para reflexão de que é preciso ir além na atuação da política pública, trazendo foco para a necessidade de trilhar e fortalecer os caminhos percorridos e estruturados pela cultura enquanto política pública. Daniel agradeceu e reforçou que essa fala também teve como objetivo atualizar o CONSEC quanto ao processo de reestruturação do CNC e o processo de regulamentação do SNC, e incentivar a intensificação dos diálogos juntamente do poder público e da sociedade civil, e focar no desafio de constituir o Sistema Nacional de Cultura, que será de grande valor para todo o povo brasileiro. Finalizando a fala, ele agradeceu à Presidente, a SEEC e aos Conselheiros pela recepção, deixando o MinC a disposição. Elietti agradeceu Daniel e falou sobre a importância das reflexões trazidas por ele, pensando nas próximas ações e quais serão os caminhos tomados neste processo. A Conselheira Lidiane agradeceu a fala e expressou se sentir cada vez mais provocada pelas reuniões, especialmente no que diz respeito ao fomento a pequenos grupos e a preparação de povos originários para os editais, uma vez que incríveis propostas acabam sendo perdidas devido a essa barreira na capacitação dos produtores de cultura para com as diretrizes institucionais. A Conselheira Susylene pediu a palavra, relatando que no dia anterior, durante a oficina proposta pelo MinC, os eixos 6 e 7 dos Grupos de Trabalhos trabalharam com essa questão da capacitação e a “bolha cultural”, e foi proposta a criação de uma escola popular de produção cultural. Sobre a ampla formação, o Conselheiro Eder Fernando destacou o papel da educação na cultura para pensar a capacitação em todas as suas dimensões, lamentando o atual déficit de profissionais com formação nas múltiplas linguagens da arte, e solicitou que fosse olhado e considerado com carinho o lugar da escola na cultura como local para a promoção de projetos genuinamente culturais, sendo uma instituição que já é estruturada e muitas vezes propõe as primeiras experiências com arte e cultura para a população. Em concordância, a Presidente Elietti falou sobre como a cultura também desempenha um papel na promoção do sentimento de pertencimento, possibilitando que, na escola, seja construído um olhar para o passado, o presente e o futuro, um olhar para com o outro e para si. Daniel agradeceu e finalizou sua participação na reunião. Foi dado um intervalo de 10 minutos. Retornando da pausa, a Conselheira Maria Agar fez uma colocação, relatando uma preocupação de que os editais de apoio virariam a única forma de sobrevivência dos artistas, discorrendo sobre como ela vem de outra realidade de trabalho com a cultura, há mais de 40 anos, em que os editais de fomento só começaram a fazer parte nos últimos anos. Ela sugeriu a construção de algo para que os artistas não dependam somente dos editais. A Conselheira Ester, em resposta, falou sobre a existência de uma série de fazeres culturais que não geram uma renda, mesmo com a dedicação de tempo, muitas vezes quase exclusiva desses artistas e artesãos, que encontram nos editais uma possibilidade de resolução de questões práticas da vida. Ela afirmou que essa preocupação é natural, pois existe uma precarização geral do trabalho do trabalhador da cultura, inclusive em áreas com alto retorno financeiro como o audiovisual, e processos históricos de desmonte a cultura. Por outro lado, quando há um momento como o atual, de efusão de valores altos, encontra-se uma possibilidade de resolução dessas questões práticas da vida. Há também um processo pedagógico de compreensão de que este é um tipo de processo de

fomento da arte e da cultura, que detém suas problemáticas e não será sustentável em longo prazo, e existe um mecanismo muito mais sustentável do que o edital. Considerando tudo isso o que a cultura passou, considerando os efeitos da política e também da pandemia, o edital se tornou sim como uma “salvação”. A Conselheira Solange Batigliana pediu a palavra, e apontou que desde os anos 90 a política cultural tem se sustentado por editais, e o fomento é uma grande ferramenta para os artistas. No entanto, seria necessário que os entes públicos estruturassem suas ações para além do fomento. Ela afirmou também que, para além da importância da democratização da cultura, o investimento privado também é importante. Elietti concordou que é preciso avançar em algumas linhas, sobretudo na formação, pensando no preparo e possibilidade de sustento, mas que enquanto isso existe a ação de fomento, para futuramente avançar para outras formas de apoio. A Presidente da reunião entrou na pauta da aprovação da ata da reunião anterior, a 4ª reunião ordinária do CONSEC, perguntando se todos os presentes a aprovavam, e foi aprovada. Passando para a pauta dos Planos Setoriais de Cultura, Elietti passou a palavra para o Conselheiro André Avelino, que trouxe uma breve apresentação sobre os planos. André recapitulou o processo de elaboração dos planos com o apoio do SEBRAE, tendo recebido a minuta da primeira versão dos planos de arte visuais, manifestações tradicionais e étnicas de culturas, e de audiovisual, havendo, no entanto, o pedido de dois desses grupos, por extensão de prazo para trabalho nesses documentos. Ele perguntou, então, se os membros dos grupos gostariam de fazer uma fala sobre essas versões dos documentos, ou se preferiam retomar essa pauta na próxima reunião do CONSEC, para que então haja a deliberação e votação quanto à elaboração desses três planos setoriais. A Conselheira Ester relatou que, quanto ao Plano Setorial do Audiovisual, partiu-se de um documento já existente, de 2014, feito por uma gestão anterior do Conselho, e que, devido ao tempo e até mesmo questões históricas, havia lacunas e questões importantes não contempladas por este documento, e, de lá para cá, houve o estabelecimento de importantes instrumentos de política cultural, como o Plano Nacional de Preservação Audiovisual. Ela explicou que o grupo estava com dificuldades de tempo hábil de trabalho, então foi possível fazer um debate em linhas gerais quanto às lacunas do plano, mas está faltando um momento de reunião, de consolidar essa discussão, considerando o trabalho da categoria nos encontros do MINC para discussão do plano de desenvolvimentos e métodos do audiovisual, que visa dar conta das políticas para os próximos 10 anos. Esther informou que o SEBRAE já recebeu uma minuta prévia do plano e têm conhecimento de seu conteúdo, mas o texto ainda demanda ajustes e refinamento, e questionou sobre o andamento do estudo do SEBRAE, e seria possível administrar isso em um cronograma de trabalho. André explicou que o SEBRAE foi contratado para um trabalho de mapeamento, de 12 meses, para a PR Film Comissão, por isso poderia realizar-se uma articulação dessa contratação específica com o audiovisual. Para as demais setoriais, a consultoria do SEBRAE foi vinculada ao planejamento Governo do Estado do Paraná, havendo uma agenda de planejamento de ações para os próximos 10 anos, e priorizando que o CONSEC fizesse parte dessa construção. Assim, ele esclareceu que o SEBRAE deu a ferramenta para o trabalho, mas não fará a análise do documento ou dizer se está correto ou não. Quando o documento estiver finalizado, eles irão validar se a metodologia foi aplicada da forma correta. Para além do Plano Setorial do Audiovisual, é necessário ampliar o diálogo com entidades, universidades e representantes acadêmicos, para contribuir no desenvolvimento dos documentos, especialmente nos próximos 30 a 60 dias, visando à finalização das últimas versões. Debateu-se sobre quando

seria a próxima reunião ordinária, que seria no dia 10 de dezembro de 2024. A reunião foi adiada uma semana, para o dia 17 de dezembro, e acontecerá na modalidade virtual. O Conselheiro Leonardo Barroso, que trouxe as discussões da Conferência Estadual Nacional da Setorial de Artes Visuais para a elaboração do documento, relatou acreditar que o Plano Setorial de Artes Visuais estava amadurecido o suficiente para ir para consulta pública, para que a classe dos artistas visuais possa conferir e avaliar se contempla suas demandas. Ele também declarou o entristecimento de não termos a presença da Conselheira Titular da cadeira de Artes Visuais nas reuniões, especialmente neste momento de elaboração do plano setorial, o que enfraquece essa definição do plano. Esther perguntou se essa questão da consulta pública seria processo aberto pelo próprio conselho, de uma forma independente, ou se ele se daria através da Secretaria da Cultura. A resposta foi que a partir de 17 de dezembro, por meio da SEEC, os planos setoriais serão abertos para consulta pública. A comissão de Artes Visuais afirmou que este plano setorial estava pronto para ir para consulta pública. Elietti informou a qualquer momento as comissões podem formalizar à SEEC, através da Secretaria Executiva do CONSEC, que entendem que as minutas estão prontas para consulta pública. A Conselheira Susylene destacou a necessidade de organizar e dar maior visibilidade às agendas de discussão até a próxima reunião. Susylene enfatizou a importância de avançar no planejamento, considerando os desafios do campo cultural e a necessidade de utilizar o estudo do SEBRAE, já definido como uma meta estratégica estadual. Ela também defendeu mais tempo para aprofundar discussões, ampliar o diálogo e fortalecer o setorial, contribuindo para a gestão do Conselho. Ficou acordado que seria encaminhado o Plano Setorial de Artes Visuais e, quando prontos, os outros planos em sequência. Foi colocada, então, em pauta, a aplicação do retorno dos recursos dos municípios. A Presidente lembrou a todos que a SEEC estava aguardando até que houvesse volume o suficiente para fazer a deliberação. André abriu uma apresentação com a planilha dos recursos da Lei Paulo Gustavo, e explicou que, em junho, ficou definido pelo remanejamento dos recursos do audiovisual para o edital 002, que é o Apoio à Produção Audiovisual, Desenvolvimento e Roteiros. Após o cancelamento do edital de Bandas e Fanfarras, os recursos foram realocados para o Paraná Festivais e o edital multi-áreas. Desde junho, R\$ 68 milhões já foram executados na conta do audiovisual, enquanto nas demais áreas, dos R\$ 25 milhões alocados, quase R\$ 20 milhões foram utilizados. A execução é mais lenta em comunidades indígenas e quilombolas devido à dificuldade na apresentação de documentação, com apenas 50% dos projetos habilitados no edital de Moçambique. André destacou o esforço dos ARCs Ana Paula e Norbert no apoio dessas comunidades, permitindo avanços significativos na execução dos recursos. O Conselheiro James questionou no que se referia essa dificuldade com a documentação, e destacou as dificuldades enfrentadas pelas comunidades de povos tradicionais em relação às avaliações de mérito nos editais culturais, ressaltando que suas vivências culturais cotidianas requerem uma análise mais sensível e diferenciada. Ele enfatizou que os editais não devem ser a única forma de acesso a recursos e propôs estratégias alternativas para atender comunidades com pouca familiaridade com esses processos. James também destacou a importância de qualificar os avaliadores para lidar melhor com essas especificidades, e mencionou o trabalho significativo realizado por agentes de cultura como a Ana Paula, na região Nordeste do estado, no apoio a essas comunidades. André citou ações que vem sendo feitas pela SEEC nesse cuidado com os povos e comunidades tradicionais, inclusive na formação e sensibilização dos pareceristas, entendendo a

centralidade dessa questão para as políticas públicas de cultura. James fez uma sugestão de encaminhamento, sugerindo recrutar pareceristas qualificados em núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas das universidades, conselhos comunitários e na Secretaria de Igualdade Racial, destacando a importância de especialistas sensíveis às questões culturais. Ele defendeu que os editais sejam elaborados com um olhar específico para as particularidades das comunidades, e propôs que a análise seja conduzida com maior cuidado, respeitando as nuances culturais e sociais, uma vez que essas avaliações exigem critérios diferentes dos adotados convencionalmente. Ficou acordado que esse debate sobre os pareceristas será abordado novamente em uma futura reunião. Retomando a apresentação, o Conselheiro André deu seguimento, explicando os recursos montantes dos municípios, e o que estava sendo devolvido, para deliberação quanto ao seu realocamento. Ele explicou que a deliberação seria se deveriam manter a forma de aplicação de recursos sobressalentes votada em junho, na qual o recurso seria destinado ao edital de maior demanda reprimida, o 002 de produção audiovisual, e no multiáreas, edital da PROFICE, houve repasse direto de verba, ou se deveria aplicar em outro edital. A Conselheira Lidiane fez uma pergunta, questionando se havia algum tipo de cobrança com a prefeitura e gestores para a aplicação dos recursos, referindo-se aos municípios que não usaram nada da verba e devolveram-na em sua totalidade. O Conselheiro Leonardo argumentou, em resposta, que essa é questão que parece simples, mas que muitas vezes envolve questões político-partidárias. A Presidente da reunião complementou que, além disso, tem uma questão de entendimento jurídico, porque essa lei tem um paradigma diferenciado, que algumas procuradorias têm dificuldades de aceitar, apesar de todos os esforços da equipe da SEEC. O Conselheiro Leonardo se colocou favorável à proposta apresentada pela SEEC, destacando, no entanto, a necessidade de discutir melhor os recursos que retornarão da PNAB. Sobre isso, Elietti destacou a importância de capacitar gestores para implementar políticas públicas, enquanto o Conselheiro André enfatizou o trabalho conjunto com procuradores para alinhar a interpretação da nova legislação. A Conselheira Susylene sugeriu um edital para ajudar municípios não habilitados a garantir o acesso da sociedade civil aos recursos. Sobre essa sugestão, André informou que esse tipo de proposta já foi debatida pela SEEC, mas que existe um problema de tempo, tendo em vista que o recurso da LPG tem que ser executado até o dia 31 de dezembro. Os Conselheiros debateram sobre a problemática de devolver recursos para o governo, e como isso poderia ser prejudicial para o Paraná nos próximos anos. Ressaltou-se, assim, a importância de realocar os recursos que estavam sendo devolvidos para os editais de cultura que possuem demanda reprimida. Dessa forma, a Presidente da reunião, Elietti Vilela, colocou em votação a destinação dos recursos disponíveis e futuros devolvidos aos editais com demandas reprimidas. Todos votaram a favor, ficando assim aprovado. Em uma última colocação, a Conselheira Ester fez um pedido de acesso a algum tipo de relatório dos dados que informassem a situação cultural dos municípios, para acompanhamento e pensar estratégias de incentivo. André respondeu que seria possível fazer um relatório da implementação dos componentes do sistema, e junto desse relatório, disponibilizar uma planilha da execução dos recursos federais, a fim de observar o desempenho de cada município. A Conselheira Solange Batigliana pediu a palavra, e sugeriu discutir, futuramente, a importância de servidores públicos dedicados às políticas culturais nos municípios. Ela destacou que a falta de pessoal qualificado não pode ser resolvida apenas com pareceristas ou consultores contratados e que servidores comprometidos e técnicos fazem uma grande diferença, propondo então, incluir essa

questão como pauta do Conselho para fortalecer o serviço público na área da cultura e melhorar a gestão dessas políticas. Elietti agradeceu, e disse que de fato essa era uma pauta muito importante, e detalhando a essencialidade do servidor público na execução da política pública cultural. O Conselheiro Eder Fernando também comentou o esvaziamento dos funcionários de carreira nos últimos 20 anos, em todos os setores, e a necessidade de abertura de concursos. Em concordância, Elietti destacou que fica registrada em ata a importância de tomar alguma medida nesse sentido. Em seguida, a Presidente agradeceu a presença de todos, na forma virtual e presencial, e encerrou a reunião. Sem nada mais a tratar, a reunião foi encerrada, e secretariada por mim, Bárbara Beltramini Berto, que relatei esta ata e segue assinada por mim e pelos seguintes Conselheiros.

Presidente da reunião:

Elietti de Souza Vilela

Conselheiros Titulares:

André Avelino da Silva

Eder Fernando Nascimento

Ester Marçal Fér

Gednilson de Freitas Lima

Junior Paulinho Niszcza

Leonardo Schenato Barroso

Lidiane Cristine Galvan

Luiza Przwitowski Nogueira dos Santos

Maria Agar Vieira Borba Ferreira

Maria Léa Fragate

Solange Cristina Batiglina

Solange Straube Stecz

Susylene Batista de Oliveira

Thiago Afonso de Souza

Wanessa Cardoso Wiacek Hoinacki

Suplentes:

Cassimara Rita Longhi

Claudia Chipon Staude

Edimar Matias da Silva

Inês Kiyomi Koguissi

Mariah Fank

James Rios Oliveira Santos

Raquel Pracz Bariquello

Documento: **Ata5ReuniaoOrdinariadoCONSEC.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Raquel Prac Bariquello** em 18/12/2024 11:08.

Assinatura Avançada realizada por: **James Rios de Oliveira Santos (XXX.160.509-XX)** em 18/12/2024 10:40 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Wanessa Cardoso Wiacek Hoinacki (XXX.820.169-XX)** em 18/12/2024 10:47 Local: SEEC/CFIC, **Maria Lea Fragate (XXX.177.129-XX)** em 18/12/2024 11:28 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Andre Avelino da Silva (XXX.145.769-XX)** em 18/12/2024 11:35 Local: SEEC/DAFIC, **Leonardo Schenato Barroso (XXX.332.359-XX)** em 18/12/2024 11:49 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Inês Kiyomi Koguissi (XXX.282.389-XX)** em 18/12/2024 12:03 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Junior Paulinho Niszcak (XXX.330.109-XX)** em 18/12/2024 13:56 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Edimar Matias da Silva (XXX.146.888-XX)** em 18/12/2024 13:59 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Solange Straube Stecz (XXX.915.309-XX)** em 18/12/2024 15:02 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Elietti de Souza Vilela (XXX.594.219-XX)** em 18/12/2024 16:22 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Eder Fernando do Nascimento (XXX.478.929-XX)** em 19/01/2025 16:19 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Cassimara Rita Longhi (XXX.752.449-XX)** em 08/02/2025 09:22 Local: CIDADAO.

Assinatura Simples realizada por: **Bárbara Beltramini Berto (XXX.813.079-XX)** em 18/12/2024 10:38 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Thiago Afonso de Souza (XXX.693.959-XX)** em 18/12/2024 11:17 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Claudia Chipon Staude (XXX.805.759-XX)** em 18/12/2024 11:47 Local: SEEC/DG, **Gednilson de Freitas Lima (XXX.012.759-XX)** em 20/12/2024 06:31 Local: CIDADAO, **Solange Cristina Batigliana (XXX.821.849-XX)** em 30/12/2024 10:28 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Luiza Prziwitowski Nogueira dos Santos (XXX.411.529-XX)** em 05/02/2025 23:50 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Mariah Fank (XXX.550.289-XX)** em 07/02/2025 09:39 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Maria Agar Vieira Borba Ferreira (XXX.182.309-XX)** em 07/02/2025 09:39 Local: CIDADAO, **Ester Marçal Fér (XXX.277.528-XX)** em 06/03/2025 14:42 Local: CIDADAO, **Susylene Batista de Oliveira (XXX.878.089-XX)** em 11/03/2025 08:44 Local: CIDADAO, **Lidiane Cristine Galvan (XXX.132.559-XX)** em 20/03/2025 20:07 Local: SEEC/CSEC/CONSEC.

Inserido ao protocolo **22.950.910-1** por: **Bárbara Beltramini Berto** em: 18/12/2024 10:33.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
5bea294592229d2ead16e99f920c3b5c.